REQ 00042/2025



REQUERIMENTO № DE - CTCIVIL

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao plano de trabalho referente à Comissão Temporária para examinar o Projeto de Lei nº 4,de2025 (CTCIVIL), que dispõe sobre a atualização do Código Civil (Lei nº 10.406, de10 de janeiro de 2002), protocolado sob o sedol n º SF/25501.58065-72, para incluir os seguintes convidados na audiência pública destinada ao debate sobre o **Direito das Obrigações e os Contratos**.

- Dr. Daniel Dias;
- Dra. Deborah Stockler Macintyre;
- Dr. João Pedro de Oliveira de Biazi;
- Dra. Micaela Barros Barcelos Fernandes;
- Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Júnior; e
- Dr. Rodrigo Moreira.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei nº 4, de 2025 (CTCIVIL), foi criada com o propósito de promover um debate técnico e plural sobre a atualização do Código Civil, ouvindo especialistas com reconhecida experiência acadêmica e profissional nas diversas áreas que compõem o Direito Privado.

Nesse contexto, a inclusão dos convidados indicados para a audiência pública **sobre o Direito das Obrigações e os Contratos** revela-se de fundamental importância, pois permitirá o aprofundamento das discussões acerca de temas centrais da Parte Especial do Código Civil, assegurando a participação de estudiosos e profissionais que, por sua trajetória e produção intelectual, contribuem significativamente para o desenvolvimento científico e prático do Direito Civil contemporâneo.

O **Dr. Daniel Dias**, Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP), com período de pesquisa na *Ludwig-Maximilians-Universität München* (Alemanha), financiado pelo *Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD)*. Realizou estágio pós-doutoral na *Harvard Law School* e foi aprovado como pesquisador visitante pela *Yale Law School*. É Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor e Coordenador do Mestrado Profissional em Direito dos Negócios e Arbitragem da FGV Direito Rio, é também advogado e parecerista. Foi pesquisador visitante do *Instituto Max-Planck de Direito Comparado e Internacional Privado*, em Hamburgo, Alemanha.

A **Dra. Deborah Stockler Macintyre**, Advogada com 22 anos de experiência profissional, é Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro e inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil desde 2003 (OAB/RJ nº 125.579). Atuou na equipe de Contencioso Estratégico do escritório Siqueira Castro Advogados entre 2003 e 2014, tendo fundado, em 2015, o escritório Stockler Macintyre Advogados. É Especialista em Direito Público e Tributário pela Universidade Cândido Mendes – *Instituto A Vez do Mestre* (2008) e possui ampla experiência nas áreas de Direito Civil, Eleitoral, Administrativo e Tributário, com atuação tanto na esfera contenciosa quanto consultiva.

O **Dr. João Pedro de Oliveira de Biazi**, Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em *Diritto Romano e Sistemi Giuridici Contemporanei* pela *Università degli Studi di Roma "Tor Vergata"*. Graduado

em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com período de estudos na King's College London. Atuou como pesquisador visitante no International Institute for the Unification of Private Law (UNIDROIT), em Roma. É Professor de Direito Civil, autor de textos jurídicos e atua como advogado e parecerista.

A **Dra. Micaela Barros Barcelos Fernandes**, Doutora em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Direito da Empresa e Atividades Econômicas e em Direito Internacional e da Integração Econômica pela mesma instituição. Pós-graduada em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getulio Vargas (FGV/RJ) e Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É advogada, professora e parecerista, integrante do Corpo de Árbitros da Câmara de Mediação e Arbitragem da FGV. Membro da Comissão de Planejamento Patrimonial e Family Office e da Comissão de Direito da Concorrência da OAB/RJ, bem como membro fundadora da associação As Civilistas. É associada ao Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil (IBERC) e ao Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil). Professora convidada em cursos de pósgraduação de instituições como PUC-Rio, CEPED-UERJ, USP-Ribeirão Preto, EBRADI e PUC-RS, é sócia do escritório Paiva & Leoni Advogados Associados.

O **Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Júnior**, Procurador do Estado de Minas Gerais, Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e advogado com mais de duas décadas de experiência na advocacia consultiva e contenciosa empresarial, com ênfase em contratos, responsabilidade civil e governança corporativa. Foi Presidente da Comissão de Direito Civil da OAB/MG e Diretor do Departamento de Direito Civil do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG). Integra o Conselho Empresarial de Assuntos Jurídicos da Associação Comercial de Minas Gerais e o Conselho de Relações de Trabalho da Fecomércio-MG. É autor de obras e artigos jurídicos, entre os quais se destaca "Da liberdade ao controle: os riscos do novo Direito Civil Brasileiro".

O **Dr. Rodrigo Moreira**, Mestre em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador-visitante do Instituto Max-Planck de Direito Internacional e Comparado. É Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Autor de livros e artigos jurídicos, é membro do Instituto de Direito Privado e da Comissão de Arbitragem da OAB/RJ. Advogado e sócio do escritório LDCM Advogados.

A presença de tais especialistas contribuirá decisivamente para a construção de um debate técnico, equilibrado e plural, em consonância com o espírito democrático e científico que orienta os trabalhos da Comissão Temporária.

Ante o exposto, diante da importância do presente requerimento, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala da Comissão, 23 de outubro de 2025.

Senador Carlos Portinho (PL - RJ)